



Carlos Leone

O essencial sobre

DEMOCRACIA

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

*Em memória
de Mário Sottomayor Cardia*

NOTA PRÉVIA

Como é norma dos volumes desta colecção da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, *O Essencial sobre Democracia* é um pequeno texto sobre um conceito importante e acerca do qual há já uma bibliografia imensa e em permanente enriquecimento. Nos seus limites, desde logo de extensão, procura fazer justiça a essa ampla produção teórica e histórica que o precede, mas sem a ilusão de poder dar ao leitor que aqui procure uma primeira exposição sistemática do tema uma panorâmica exaustiva.

O que se pretende, sim, é apresentar uma visão consensual do tema, que dê conta dos principais momentos históricos em que o conceito foi influente e em que conheceu alterações teóricas significativas. Esta visão consensual faz-se pelo recurso a teses geralmente aceites sobre obras que hoje podemos chamar clássicas mesmo quando não datam de tempos antigos, isto é, obras que ganharam uma influência

sobre o pensamento que se lhes seguiu comparável ao seu mérito intrínseco. De novo, não seria possível, nem verdadeiramente desejável, resumir cada uma dessas obras; e, do mesmo modo, os pormenores biográficos foram reduzidos ao mínimo, de modo a não distraírem o leitor do tema nem o autor da economia necessária do espaço.

Por tudo isto, embora o uso de citações seja tão limitado que dispensa bibliografia, este *Essencial sobre Democracia* encerra com um conjunto de leituras sugeridas (e comentadas) nas quais se privilegiam textos clássicos. Não os da preferência do autor deste texto, mas aqueles a que é usual reconhecer-se terem adquirido o estatuto de clássicos. E mesmo assim não todos, nem sequer todos os traduzidos em português, antes aqueles cuja relevância foi maior na elaboração deste trabalho e, portanto, cuja leitura mais se prepara (passe o termo) nas páginas que se seguem. Na realidade, todos estes livros merecem um estudo formal, e poucos deles se lêem facilmente, pelo que também se assinalam duas obras gerais, uma introdutória e outra mais aprofundada, que podem ser úteis a quem quiser dedicar-se ao tema da democracia e seus correlatos. Aqui, como em quase tudo, haurir nas fontes é sempre recomendável.

Ainda uma nota mais, de certo modo técnica. O fio condutor desta apresentação, ao articular os conceitos de democracia e república (cuja relação desde os Gregos está amplamente documentada), não o faz numa perspectiva etimológica. Essa seria a mais consensual, mas igualmente a mais estreita. Essa relação serve de fio condutor por permanecer até hoje activa e importante, ainda que o conceito de república seja já entendido como uma espécie de dado adquirido, no qual habitualmente nem se pensa. Sem poder pensá-la em toda a sua extensão e complexidade agora, o que aliás agravaria a excepção à opção pelo consenso que naturalmente já marca qualquer escolha deste género, essa relação é, creio, aquilo que dá sentido actual (e futuro) ao termo «democracia».

Por último, ou melhor, em primeiro lugar, este livro é dedicado à memória de Mário Sottomayor Cardia, meu antigo professor de Filosofia Social e Política. Entre os planos que alimentou e nunca chegou a realizar, contava-se a escrita de um livro dedicado a esclarecer o que é a democracia. Sobre o tema sabemos quais são as teses do autor de *Socialismo sem Dogma*, ainda que muitos as ignorem. Isso não vai mudar com o recurso a um artigo seu, no

final deste texto; mas aquilo que está ao nosso alcance é corresponder àquela intenção, integrando nela a obra do próprio Cardia, que decerto escreveria este livro melhor do que eu.

Ajuda, Outubro de 2007.

1

A DEMOCRACIA DIZ-SE DE MUITOS MODOS

É frequente, quase ritual, referir-se a origem antiga da democracia. Atenas é o exemplo invariavelmente apresentado e, aliás, por fortes motivos. Mas tal como o atomismo de Demócrito nada tem a ver com a moderna teoria física atômica, também a democracia ateniense não se confunde com aquilo a que hoje nos habituámos a chamar democracia. Em comum têm muito pouco; mas por algo que é importante notar aqui desde o início: hoje, tal como há vinte e cinco séculos, o termo designa várias realidades políticas, entre as quais as diferenças são muito substantivas.

O contacto com o pensamento grego antigo depressa revelará ao interessado vários aspectos que terá de reter, ainda que possam ser desagradáveis para a nossa sensibilidade tardo-moderna. O primeiro

deles é o que explica a polissemia do termo desde os seus primórdios: «democracia» é uma realidade política controversa, não só no sentido de permitir a controvérsia, mas no sentido mais radical de ser problemática, podendo ser concebida quer como nefasta quer como desejável (bem distinto, portanto, do seu carácter consensual nas últimas décadas); de seguida, quem defende a prática democrática entre os Antigos são aqueles que a posteridade mais depreciou, os sofistas, aqueles que vendiam o seu saber a quem melhor pagasse, quer como tutores quer mesmo como legisladores; por fim, pelo menos por agora, entre os analistas mais críticos da política democrática encontram-se os maiores nomes da cultura universal, a começar com Platão e Aristóteles (ainda que de modos bem diversos) e com propriedade — ou não tivesse Sócrates sido condenado à morte pela democrática Atenas...

As duas primeiras questões vão aqui ser abordadas apenas cursoriamente, pois a nosso ver a solução para elas pode ser encontrada na análise, ainda que também esta sumária, das posições filosóficas de Platão e Aristóteles. Assim, mais do que caracterizar as instituições e a prática diária grega, ou melhor, ateniense, vamos centrar a nossa exposição no pen-

samento dos filósofos tal como o encontramos, respectivamente, em *A República* e na *Política*. Deste modo, cremos, será possível aclarar a polissemia do termo «democracia» (sem a «resolver») e lançar pistas sobre a sua relação com o termo «república».

O que preocupava Platão?

Ao contrário do que é vulgar ouvir-se, Platão não só não era adepto da tirania como era seu firme opositor. A lenda do Platão totalitário não é nova, embora os adeptos de Karl Popper, dispensando o estudo dos textos a que este se refere, pretendam ver em semelhante tese um contributo relevante para a compreensão do pensador grego. Na realidade, a breve associação de Platão a um tirano de Siracusa, que pretendia educar e com o qual se desiludiu e abandonou, e a proposta do filósofo-rei como governante ideal, valeram-lhe a reputação de autoritário e antidemocrata. Mas, se era antidemocrata (como foi, de facto), isso devia-se ao seu amor pela liberdade. Uma situação facilmente compreensível se pensarmos na democracia do seu tempo (e que, de resto, se virá a verificar de novo em épocas bem mais recentes, ainda que noutras formas).

Aristocrata por nascimento e educação, dissentindo da sua educação apenas por contacto com Sócrates e pela influência da dialéctica deste, Platão conhecia bem o jogo de poder de que se fazia a política ateniense. No seu tempo, conturbado pela grande guerra entre Atenas e Esparta (a Guerra do Peloponeso que terminaria com a derrota de Atenas, e cuja história foi escrita por Tucídides), Atenas era uma potência marítima expansionista, frequentemente desrespeitadora dos seus deveres para com os seus próprios aliados. Isto devia-se não só ao seu poder militar mas também à pressão demográfica e social no sentido de a cidade-Estado criar colónias em diversas regiões do Mediterrâneo (sobretudo nas ilhas adjacentes ao Peloponeso e na península itálica, embora as colónias não envolvessem subordinação política, como na modernidade). A democracia antiga era pouco escrupulosa, belicista, expansionista e escravagista. Mesmo sabendo nós que a escravidão no mundo antigo não era necessariamente aviltante (muitos escribas eram escravos, e de todo o modo ser-se escravo era muitas vezes o resultado de derrota em combate que em vez de acarretar morte se dirimia em pertença ao vencedor), mesmo sendo esse colonialismo vulgar na época, etc., o quadro político ateniense não era de

modo algum o modelo de virtudes que hoje se associa à vida democrática.

Claro que o ideal político de Platão não era a nossa democracia. Desde logo, por motivos práticos que veremos quando (cf. cap. 3) diferenciarmos a democracia dos Antigos da democracia dos Modernos. Mas sobretudo por a sua dissensão face à aristocracia ateniense, decadente, não se fazer no sentido da adesão ao populismo democrático mas no sentido inverso, o de uma preocupação com o destino da *polis* em que nasceu e que, no seu pensamento, ilustra o processo político típico das sociedades do mundo grego da Antiguidade. A *polis*, cidade-Estado, de que Atenas e Esparta ficaram para a posteridade como os modelos simbólicos, era uma realidade social numericamente pequena (pelos padrões modernos), geograficamente mesmo muito pequena (mesmo pelos padrões da altura, se comparada ao Império Persa) e marcada por desigualdades sociais grandes que, embora geridas de modos diferentes em cada cidade, eram em grande parte comuns: cidadãos (homens válidos) por um lado, cidadãos «imperfeitos» (velhos, mulheres e crianças, dependentes dos primeiros para a sua segurança) em posição menor; e escravos, estrangeiros, etc., como «tolerados», embora numeri-

camente maioritários. Esta estrutura social assentava sobretudo no costume mantido através das gerações, sendo a lei escrita considerada como acrescento a esta tradição; e, claro, dependia da força que cada sociedade tinha para impor as suas tradições aos seus próprios membros, ao mesmo tempo que se defendia de agressores externos. No tempo de Platão, século v antes de Cristo, a força da democracia ateniense para controlar os seus adversários externos estava no apogeu, mas também no seu limite; e a sua ordem interna apresentava sinais de grande tensão, em particular na disputa quanto ao modo de conduta mais apropriado para a cidade: a linha aristocrática, conservadora e contrária a expansionismos; a linha popular, usando argumentos desenvolvidos pelos sofistas para cativar as multidões, sendo mais numerosa afirmava-se pela votação democrática, e empenhava-se em enriquecer com a colonização e a supremacia regional.

Platão vai pensar a relação entre as duas correntes de forma original e, com isso, apresentar o primeiro modelo teórico de evolução das formas políticas conhecidas no mundo antigo. Na sua célebre *República*, deixa bem claro que todo o argumento que aí expõe é um projecto teórico, isto é, trata-se de uma

cidade construída apenas e só no discurso. Como tal, ideias como a de filósofo-rei não teriam aplicação prática directa e é preciso ter em conta as numerosas variantes de sentido dos termos usados para compreender aspectos elementares e fundamentais do seu argumento (por exemplo, a também célebre «nobre mentira» que seria contada aos jovens sobre a sua origem, de modo a formar uma comunidade indivisa, pode bem ser traduzida como «nobre ficção», o que parece mais rigoroso quer no contexto quer no espírito da construção da cidade como discurso). Aquilo que preocupa Platão é o problema da justiça, entendida como um problema não apenas ético mas político, isto é, uma questão social por natureza. Discutindo-a através da descrição de uma cidade ideal, só existente no discurso, ele estabelece firmemente um género literário que a tradição ocidental do pensamento político irá cultivar, sobretudo em momentos de crise — a utopia (aquilo que não tem um lugar, que, por enquanto, pelo menos, ainda não existe). A justa organização social que evitasse os males do seu tempo é o seu objectivo. E, para entrarmos na discussão do que é a democracia nesta altura, a descrição platónica dos males de então é-nos muito útil.

Essa descrição encontra-se em *A República*, VIII (544c e segs.). E trata-se da descrição de uma degeneração. Essa degeneração, que dá conta da passagem de um regime político para outro seu oposto, passando por vários intermédios, descreve o que sucedia a Atenas e, em geral, ao mundo antigo, segundo Platão. Nesse passo da sua reflexão sobre a vida social, Platão dá conta do processo evolutivo, degenerativo, de toda a comunidade política (aquilo que refere a *politeia* do título original, que traduzimos por «República» desde que os Romanos o fizeram): tudo tem origem numa forma de governo óptima, a aristocracia; entenda-se, o governo dos melhores, dos superiores, não apenas por qualquer nome de família mas por provarem na sua conduta serem considerados como tal — uma elite dos membros da república e não uma classe à parte, não uma casta. Da sua degeneração, visível na Atenas do seu tempo, vê Platão formar-se o seguinte ciclo: primeiro, a Timocracia, governo daqueles que gostam de mandar, que ambicionam honras e títulos, que se dedicam ao prazer imediato e desprezam a contenção (*maxime*, a cultura); de seguida, a Oligarquia, um regime no qual os governantes são escolhidos seguindo o critério da riqueza, ficando os já ricos com o poder

ÍNDICE

Nota prévia	5
1 — A democracia diz-se de muitos modos	9
2 — Pagãos e cristãos, de democracia a <i>Res Publica</i>	27
3 — A liberdade dos Modernos	45
4 — O século xx	67
Nota final: democracia e república, regimes políticos e sistemas de governo	81
<i>Leituras sugeridas</i>	85

Colecção Essencial

Últimas obras publicadas:

70. O TEATRO LUSO-BRASILEIRO
Duarte Ivo Cruz
71. A LITERATURA DE CORDEL PORTUGUESA
Carlos Nogueira
72. SÍLVIO LIMA
Carlos Leone
73. WENCESLAU DE MORAES
Ana Paula Laborinho
74. AMADEO DE SOUZA-CARDOSO
José-Augusto França
75. ADOLFO CASAIS MONTEIRO
Carlos Leone
76. JAIME SALAZAR SAMPAIO
Duarte Ivo Cruz
77. ESTRANGEIRADOS NO SÉCULO XX
Carlos Leone
78. FILOSOFIA POLÍTICA MEDIEVAL
Paulo Ferreira da Cunha
79. RAFAEL BORDALO PINHEIRO
José-Augusto França
80. D. JOÃO DA CÂMARA
Luiz Francisco Rebello
81. FRANCISCO DE HOLANDA
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
82. FILOSOFIA POLÍTICA MODERNA
Paulo Ferreira da Cunha

83. AGOSTINHO DA SILVA
Romana Valente Pinho
84. FILOSOFIA POLÍTICA DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA
Paulo Ferreira da Cunha
85. O ROMANCE HISTÓRICO
Rogério Miguel Puga
86. FILOSOFIA POLÍTICA LIBERAL E SOCIAL
Paulo Ferreira da Cunha
87. FILOSOFIA POLÍTICA ROMÂNTICA
Paulo Ferreira da Cunha
88. FERNANDO GIL
Paulo Tunhas
89. ANTÓNIO DE NAVARRO
Martim de Gouveia e Sousa
90. EUDORO DE SOUSA
Luís Lóia
91. BERNARDIM RIBEIRO
António Cândido Franco
92. COLUMBANO BORDALO PINHEIRO
José-Augusto França
93. AVERRÓIS
Catarina Belo
94. ANTÓNIO PEDRO
José-Augusto França
95. SOTTOMAYOR CARDIA
Carlos Leone
96. CAMILO PESSANHA
Paulo Franchetti
97. ANTÓNIO JOSÉ BRANDÃO
Ana Paula Loureiro de Sousa
98. DEMOCRACIA
Carlos Leone

Composto e impresso
na
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
com uma tiragem de 800 exemplares.
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se
em Fevereiro de dois mil e oito.

ED. 1015274
ISBN 978-972-27-1639-0

DEP. LEGAL N.º 271 450/08